

Reflexões sobre comunicação popular e comunitária: uma análise a partir das estratégias de comunicação da CPT/MS¹

Stella Adriana Zanchett

Mestranda no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Resumo

Este artigo busca indicar aproximações, intersecções e diferenças entre os conceitos de “comunicação popular” e “comunicação comunitária”, partindo do exemplo concreto da Comissão Pastoral da Terra de Mato Grosso do Sul. Esta entidade foi objeto de análise em uma monografia de conclusão do curso de Especialização em Comunicação Popular e Comunitária, e continua sendo fonte de pesquisa em nível de mestrado na área de Sociologia. A partir das informações que já foram coletadas em ambas pesquisas, identificamos estratégias, políticas e demandas de comunicação da CPT- MS. Com base nessas constatações, gostaríamos de contribuir para o debate teórico sobre as categorias “comunicação popular” e “comunicação comunitária”, comumente tratadas como sinônimos, mas que trazem diferentes nuances de significado.

Palavras-chave

Comunicação popular; comunicação comunitária; CPT; teoria de comunicação; pensamento comunicacional.

1 - Apresentação e história da CPT

A Comissão Pastoral da Terra é uma entidade religiosa cuja missão é “ser uma presença solidária, profética, ecumênica, fraterna e afetiva junto aos povos da terra e das águas, para estimular e reforçar seu protagonismo” (CPT/MS, 2008). Ela começou a ser estruturada em 1975, e em 1980 a Comissão Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), criou oficialmente a CPT (CNBB, 2010).

Em Mato Grosso do Sul, a entidade foi fundada em 1978, com a atuação de Olga Menosso (agente de pastoral até os dias atuais) e Lucinda Moretti (que faleceu em um acidente de carro em trabalho pastoral no ano de 2013), ambas irmãs da Congregação Filhas da Caridade de São Vicente de Paula. O padre Adriano Van de Wen é outra figura que se

¹ Trabalho apresentado no DT 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 4 a 7 de setembro de 2015.

destaca na história da pastoral, sendo um dos coordenadores estaduais da CPT-MS, e tendo participado da organização da ocupação da gleba Santa Idalina, em 2 de abril de 1984. Esta foi a maior mobilização em reivindicação de reforma agrária no Estado, até então. Na época, os agentes de pastoral contavam com o apoio irrestrito do bispo diocesano, Dom Teodoro Leitz - que inclusive confrontou a força policial que cercava a ocupação da Gleba Santa Idalina, e lá celebrou uma missa abençoando os sem-terra.

De acordo com o relato dos agentes de pastoral², nos primeiros anos de atuação, a Comissão Pastoral da Terra contava com aproximadamente 25 agentes, o processo de trabalho junto às comunidades era muito intenso e baseado na troca de informações e experiências. As formas de comunicação eram múltiplas, e sempre baseadas na necessidade de compartilhar e valorizar os saberes dos camponeses.

Entre as estratégias de comunicação adotadas pelos agentes de pastoral na década de 1980, a principal era a realização de reuniões quinzenais ou mensais com os grupos de assentados ou acampados assistidos pela entidade. Além das reuniões de grupo, havia encontros periódicos reunindo todo o assentamento e até mesmo assentamentos da região. Os representantes de grupos e assentamentos também eram convidados a participar de cursos e atualizações anuais. O agente de pastoral Mieczslau Kudlavicz, que trabalha na CPT desde 1985, nos conta um pouco dessa realidade:

Eram dezenas, centenas de grupos, não é isso? Que a gente fazia reuniões sistemáticas, uma vez por mês tinha uma reunião, que era não só para discutir questões técnicas, sobre o que foi feito no assentamento, mas também com momento de reflexão. Hoje a CPT-MS perdeu essa metodologia.

[...]

A gente viajava muito também. A gente tinha muito mais cursos, diversos cursos de formação mesmo, cursos como esse que a gente está fazendo, de pastoral, humanitário, de Bíblia... Nós fazíamos muito curso para formação dos agentes, com essa marca do nosso trabalho de CPT, com o nosso olhar para luta para a terra, o nosso olhar para o camponesinato, o nosso olhar da organização dos sem-terra, era um olhar a partir da Bíblia, a partir da nossa fé, e que, portanto, se diferenciava dos outros movimentos

² Esses dados foram coletados através de entrevistas, diário de campo e gravações feitas ao longo dos encontros realizados no Ciclo de Formação de agentes da CPT, entre 2011 e 2013. Na pesquisa atual para a dissertação de mestrado vamos quantificar com exatidão a modificação do número de agentes de pastoral ao longo dos últimos anos. Isso será possível pois estamos utilizando como fonte principal o acervo disponibilizado pelo projeto de extensão “Arquivo Digital da Comissão Pastoral da Terra”, coordenado pelo professor Walter Roberto Marschner, do curso de graduação em Educação do Campo e do programa de pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal da Grande Dourados.

sociais ou políticos que também se envolviam na luta pela terra (KUDLAVICZ, 2012)³.

Além das reuniões com seu público assistido, os agentes também tinham uma agenda de reuniões e encontros entre si. Nessas visitas, eles trocavam experiências, relatando aquelas que deram certo em cada grupo, compartilhavam sementes de alimentos diferentes, apresentavam e vendiam produtos feitos pelos grupos. É interessante destacar que nessas visitas a colegas de outros assentamentos, os agentes de pastoral traziam também notícias, cartas e encomendas. Eles faziam o papel de meio de comunicação, em uma época em que os telefones e os correios não chegavam para os assentados e acampados. Eram, portanto, uma presença aguardada por toda comunidade.

Outra forma de promover a comunicação entre os assentamentos foi a confecção de jornais, que eram redigidos pelos agentes de pastoral, impressos sob os custos da diocese, e distribuídos nas paróquias do interior do estado. Algumas edições desses jornais fazem parte do arquivo da CPT e são parte do objeto do estudo que estamos desenvolvendo no mestrado em Sociologia.

Naquele momento histórico, a Igreja Católica e a CPT eram referências no Estado para todos os debates envolvendo disputa de terras. A entidade dava visibilidade e voz aos camponeses e ao seu projeto político, social e espiritual⁴.

No intercurso das décadas de 1990 e 2000, esse cenário foi modificado de forma radical. Uma série de fatores precarizou o funcionamento da CPT em Mato Grosso do Sul, assim como fragilizou a entidade em nível nacional. Uma das causas dessas dificuldades foi a escassez de verbas - a igreja católica da América Latina deixou de ser destino de doações estrangeiras para ações pastorais. O tensionamento político dentro da igreja brasileira também fez com que cada vez menos recursos e campanhas de arrecadação se destinassem a determinadas pastorais.

³ Entrevista gravada em áudio, em maio de 2012, durante a terceira etapa de formação de agentes da CPT, com Mieczslau Kudlavicz, agente de pastoral que conduziu o ciclo de formação de agentes. Ele trabalha na CPT desde 1985; é docente de Geografia e mestre em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

⁴ Para a CNBB, “terra de exploração é terra de que o capital se apropria para crescer continuamente” (CNBB, 1980, p.85). Por sua vez, “terra de trabalho é terra possuída por quem nela trabalha. Não é terra para explorar os outros, nem para especular” (CNBB, 1980, p.84).

A gente brinca, mas a questão financeira acaba definindo tudo, até os rumos da atuação da CPT. Como eu lhe falei, a redução de custos reduz as condições de mobilidade, não te dá condições de você viajar tanto, não te dá condições de você realizar tantas atividades, porque tudo tem um custo, então você acaba reduzindo as atividades, acaba reduzindo as viagens e até as formas de comunicação. [...] Quando tinha dinheiro, tinha muita gente trabalhando para tudo que é lado, então a gente podia estar capilarizado o que era importantíssimo, fundamental, e acabava fazendo aquele movimento grande (KUDLAVICZ, 2012).

Atualmente a maior parte dos agentes trabalha - e recebe recursos - por meio de projetos que concorrem a editais financiados por instituições públicas. A característica desses projetos se distancia da linha de atuação pastoral da CPT, focando apenas na produção de alimentos e geração de renda, abrindo mão da formação de sujeitos que reconhecem sua identidade e se organizam na defesa de sua comunidade. Mieceslaw comenta essa situação:

Hoje, os projetos que temos são financiados por entidades ligadas ao governo, e só aprovam um projeto que gere renda, e esperam um resultado final, então nesses casos nós não temos nada a ver com pastoral, com Igreja, ‘nem coloca no projeto senão a gente não apoia’, dizem eles. Eles apoiam projetos técnicos, com metodologia tal, com grupo tal, com tantas famílias que vai produzir x, que no final vai gerar y de renda. Querem resultados práticos, concretos, mensuráveis. E os resultados com que nós trabalhávamos antigamente com aqueles recursos que vinham era de uma formação de um cidadão, de consciência política, formação organizativa e que os resultados não podiam ser medidos, mensurados. Só que esses resultados puderam ser vistos com o tempo, com a organização, com as lideranças que surgiram, com a formação de entidades e tudo o mais (KUDLAVICZ, 2012).

Como não bastasse a falta de apoio financeiro, a entidade também veio resistindo frente ao abandono das representações eclesiais. O tensionamento político dentro da Igreja Católica refletiu, em parte, a polarização socio-econômica mundial, em torno de projetos políticos de esquerda e de direita na década de 1980. Ao longo da década de 1990, o aprofundamento da globalização e do projeto econômico liberal fez com que a Igreja abandonasse seu discurso de defensora dos pobres e dos oprimido - discurso esse resultante do Concílio Vaticano II, ocorrido entre 1962 e 1965 (CONCÍLIO VATICANO II, 2007).

Enquanto na década de 1980 as ações da Igreja católica se davam em um contexto de Comunidades Eclesiais de Base (CEB), e das pastorais sociais (juventude, carcerária, da periferia, dos moradores de rua, da terra), a partir da década de 1990 vemos um crescimento de movimentos dentro da igreja que se identificam com as necessidades e anseios de uma classe média emergente⁵, fundando e financiando grupos como o Movimento de Renovação Carismática Católica (RCC) e os Campistas⁶.

Nesse cenário, os povos do campo perderam seu principal porta-voz junto à sociedade civil e às forças políticas: a Igreja Católica⁷.

Além das questões internas, que remetem a novas configurações das forças políticas dentro da Igreja católica, é necessário assinalar que as mudanças estruturais e ideológicas que aconteceram no país nas décadas de 1980 e 1990, influenciaram muito a trajetória da CPT. Em decorrência de diversos processos socioeconômicos ocorridos no período, a CPT veio perdendo o lugar de interlocutor entre a sociedade e a agricultura familiar em Mato Grosso do Sul.

Dois elementos claros são a crescente urbanização do Brasil, e em especial do Mato Grosso do Sul, e a modificação no próprio perfil do ambiente rural, conforme constata Leandro Ramires Comasseto:

O meio rural está se modificando rapidamente, tanto na perspectiva geográfico- espacial quanto de organização das atividades econômico-agrícolas. Esse processo é acelerado pela globalização econômica, pela troca de valores culturais e por meio de novas tecnologias desenvolvidas para o campo, constituindo um “Novo Rural”, definição utilizada por Graziano da Silva (1997) para caracterizar uma realidade agora não mais dicotômica em relação ao espaço urbano. As novas tecnologias de comunicação não só acabaram com o isolamento da área rural, como provocaram também grandes alterações no cotidiano e no imaginário de seus habitantes (2011, p.3).

⁵ “Em 1993, a CNBB fez um levantamento em suas dioceses, a fim de traçar o perfil dos membros da RCC. Sobre as classes sociais dos membros registrados: 29% são de classe média e popular, 23% de classe média, 16% de todos os níveis, 8% de classe média baixa, 3% média alta e 20% não responderam.” (LOPES, 2012, p.7).

⁶ No Brasil o movimento chega na década de 1990. Segundo dados da Pastoral da Comunicação da CNBB, a origem do movimento dos campistas vem do teólogo mexicano J.H. Prado Flores, que adaptou projetos de motivação empresarial, utilizando o acampamento como modelo de retiro espiritual.

⁷ Em relação ao papel central da Igreja Católica na defesa dos direitos humanos e da garantia de melhores condições de vida à população brasileira, há uma série de autores. Particularmente, partimos das seguintes referências: (GONH, 2003; PERUZZO, 2004, p.31; CARVALHO, 2001, p.183).

Hoje muitas comunidades e assentamentos se identificam como “rurbanos”: vilarejos rurais ou assentamentos muito próximos a cidades, onde há comércio, lazer, escolas, postos de saúde, acesso aos meios de comunicação, dentre outras coisas.

O censo 2010 do IBGE ainda aponta uma forte modificação na profissão de fé entre os brasileiros. Em 1970, as pessoas que afirmaram ser católicas atingiram o índice de 91,8% dos brasileiros. Em 1980, esse número caiu para 89%; em 1991, eram 83,8%, e no Censo do ano 2000 foram 73,8%. Apesar de mais perceptível no meio urbano, o crescimento das igrejas evangélicas e pentecostais também tem impacto no ambiente rural.

Por todas essas modificações ocorridas na sociedade, no cotidiano e na cultura rural, a Comissão Pastoral da Terra do Mato Grosso do Sul não pode manter um mesmo modelo de atuação pastoral adotado na década de 1980, quando da sua criação. É necessário dialogar com este novo rural, com seus anseios e ambições, com sua multiplicidade de identidades.

No entanto, isso não significa que a entidade deve manter o caráter extensionista com que vem trabalhando atualmente, abdicando da formação de homens e mulheres camponeses emancipados, sujeitos políticos preparados para reivindicar justiça social e qualidade de vida no campo.

2 - Ciclos de Formação - um resgate do papel profético

Entre os anos de 2011 e 2013 foi realizado um ciclo de formação de novos e antigos agentes de pastoral, numa busca de repensar a atuação e de resgatar a essência profética da Comissão Pastoral da Terra em Mato Grosso do Sul. Os encontros aconteceram semestralmente na Casa de Formação da CPT, em Dourados, com a participação dos agentes de pastoral de diversas cidades do Estado e de assentados do Cone-Sul de MS.

As atividades do ciclo de formação buscavam resgatar as práticas pastorais da década de 1980:

Então a gente fazia muito curso nesse sentido, para fortalecer essa espiritualidade, essa concepção de mundo. E muita formação no sentido de entender melhor a organização da sociedade, fazia muitas análises da realidade, utilizando o instrumental marxista inclusive. Paulo Freire usava muito. Quando nós tivemos o último curso na CPT, nos anos 2000, 2001, nós tínhamos uma semana em regime de internato para discutir o que é a

educação popular para a CPT, a metodologia de educação popular para a CPT (KUDLAVICZ, 2012).

Com a realização de místicas, palestras de convidados, debates, tempo de reflexão, os encontros do ciclo de formação proporcionaram o contato entre diferentes gerações dentro da CPT. As irmãs que trabalharam como agentes desde 1978 relataram os momentos mais difíceis e mais prazerosos desses 37 anos de pastoral em Mato Grosso do Sul. Os jovens desabafaram sobre as incertezas pelas quais passavam, no tensionamento entre buscar mais qualidade de vida através do estudo e qualificação; e a vontade ou a necessidade de ficar no campo - onde essa qualidade de vida é possível, mas nem sempre garantida.

Desde a primeira formação, que tratou da história e identidade dos camponeses do Brasil e de Mato Grosso do Sul, os agentes fizeram falas apontando a importância de haver formas de divulgar, entre assentados e na sociedade civil, as iniciativas de agroecologia em pequenas propriedades. Destacou-se que, como estratégia política, é necessário dar visibilidade à reforma agrária que é economicamente, socialmente e ambientalmente viável - mais do que viável, necessária como alternativa ao modelo de desenvolvimento econômico e social que vem pautando a sociedade brasileira em contexto globalizado.

A partir dessa constatação, a primeira iniciativa da coordenação da CPT foi buscar a criação de um veículo de comunicação voltado para a divulgação das pautas da entidade. Assim foi criado o *blog* da CPT-MS.

É importante aqui abrir um parêntese, explicando motivações que levaram à escolha de um *blog*, e não um projeto de rádio, de audiovisual ou outra iniciativa. Entre 2008 e 2010, a CPT teve à sua disposição um profissional jornalista, exilado político vindo do Paraguai. A presença de um profissional comunicador entre os quadros da CPT reforçou a ideia de que haveria condições de se construir um veículo de comunicação. Contudo, não havia recursos para custear impressão de material gráfico, nem veiculação de material audiovisual. O meio de comunicação acessível, neste contexto, foi o *blog* gratuito.

O profissional jornalista conseguiu aprovar um projeto junto à ONG espanhola Manos Unidas, garantindo o financiamento de seu trabalho por dois anos. No entanto, o profissional teve sua condição de trabalho afetada devido ao fato de Dourados ser uma

região de fronteira e haver o risco de ele ser raptado e levado para o Paraguai em troca de uma recompensa anunciada pelo governo de Fernando Lugo. Assim, com dificuldades de fazer entrevistas nos assentamentos de Mato Grosso do Sul, sua atuação se deu mais no âmbito da organização e levantamento de dados históricos da entidade.

O conteúdo publicado no blog é, em sua maioria, notícias relacionadas a conflitos agrários ou a mobilizações sociais em Mato Grosso do Sul e no Brasil. Campanhas contra o agronegócio e o uso de agrotóxicos, petições contra despejos violentos de povos indígenas e assentados, entre outros textos com caráter de mobilização política em prol dos povos camponeses.

FIGURA 1



Fonte: Página inicial do blog da CPT-MS. <<http://cptms.blogspot.com.br>>

A partir das matérias publicadas no blog, houve a tentativa de produzir um *mailing*, enviado para os principais meios de comunicação do Estado e também para pessoas ligadas aos movimentos e partidos de esquerda. A mala direta, que foi realizada sem periodicidade definida mas de forma frequente, não tem sido utilizada para divulgar notícias do blog desde março de 2014.

Com o fim do financiamento da ONG Manos Unidas, o *blog* - que é o único veículo de comunicação da CPT no momento - vem sendo mantido por este mesmo jornalista de forma voluntária, sem periodicidade de atualização.

De junho de 2011 a abril de 2013, foram publicadas 128 notícias no *blog*, que recebeu mais de 40 mil acessos nesse período. Totaliza, portanto, uma média de cinco a seis notícias por mês, sendo que as notícias mais lidas geram em torno de 200 a 300 acessos⁸. Em 2014, foram publicadas 90 matérias, a grande maioria produzida por agências de notícia ou assessorias de movimentos sociais⁹.

Percebemos, pelo número de acessos, que este veículo é ainda restrito a um pequeno número de leitores. As prospecções nos indicam que a maioria dos que acessam o *blog* são agentes ou pessoas ligadas à entidade.

3 - Diagnóstico de demandas em comunicação

Ao longo das atividades do ciclo de formação, fomos identificando as necessidades de comunicação elencadas frequentemente pelos agentes de pastoral. As demandas de comunicação revelam muito do caráter extensionista que a entidade vem adotando, como poderemos observar.

A primeira necessidade é de se criar uma forma sistematizada de troca de informações entre os agentes de pastoral. Com uma agenda de reuniões planejada de forma anual, e com a adoção de ofícios ou comunicações internas (CI), seria possível estabelecer um fluxo de informações entre todos os agentes. Essa seria uma maneira de garantir a circulação de dados e manter um registro histórico das atividades desenvolvidas pelos agentes. Atualmente, há uma sensação de que as ações dos agentes junto aos diferentes grupos rurais estão pulverizadas, isoladas.

Ultimamente tá muito ruim a comunicação. Antigamente, nos anos 1980, o número de agentes era maior. Nós não tínhamos internet, ninguém de nós tinha internet, nem sei se existia na época, mas nós nos comunicávamos muito mais. E era por telefone e por carta. A gente usava muito o telefone, por exemplo, era uma forma que a gente se comunicava muito (KUDLAVICZ, 2012).

⁸ As notícias mais lidas até abril de 2013 foram: “*Brasileiros consomem um terço de alimentos contaminados por agrotóxicos*”, publicada em 10 de maio de 2012, com 676 acessos. “*Ex-fazenda eldorado - Após queda de um império pessoal camponeses trilham sonhos na terra*”, postada dia 04 de junho de 2011, com 645 visitantes;

⁹ As notícias mais lidas no ano de 2014 foram: “*Brasil consome 14 agrotóxicos proibidos no mundo*” com 363 visualizações, “*Quilombolas: entre Fazendeiros e “extraterrestres” TPT/MS e CONERQ realização encontro*” com 256 visualizações, e “*Quilombolas, indígenas e camponeses retomam um símbolo da ‘Boa Sorte’*” com 219 visualizações.

A falta de contato entre os agentes da CPT vem causando um enfraquecimento da rede de lutas camponesas que caracteriza a entidade. Não há, no cotidiano das atividades, um momento de reflexão a respeito das ações realizadas pontualmente em cada região, e isso causa certa apatia política da entidade. É de extrema urgência promover maior intercâmbio entre as experiências de diferentes assentamentos e as visões pastorais de cada agente - e isso pode ser feito utilizando ferramentas de comunicação diferentes, como emails, vídeos, fotos, breves relatórios, entre outras possibilidades.

Outro anseio dos agentes é promover a agroecologia, divulgando nos assentamentos as experiências positivas de famílias e grupos de produção que adotaram novas práticas de plantio e manejo. Identificamos, portanto, uma demanda em ecomunicação¹⁰, para divulgar propostas de inovação da agricultura familiar, com produção agroecológica e por meio de cooperativismo. Para isso seria necessário avaliar os veículos de comunicação mais viáveis, especialmente no que se refere a capacidade de difusão no meio rural.

Como quase todos os agentes trabalham em projetos de caráter extensionista, focados na produção agroecológica, há demandas de comunicação específicas desses projetos. Nesses grupos onde a produção está estabelecida, há necessidade de criar ferramentas e processos de diálogo entre os produtores, para garantir participação democrática, viabilizando o sistema cooperativo. E também se faz necessário um planejamento em marketing e propaganda, para viabilizar o escoamento da produção. agregar valor ao fato de ser um produto sem agrotóxico, buscando aumentar a renda familiar e viabilizando a pequena propriedade.

Por fim, a Comissão Pastoral da Terra entende a importância do seu papel como defensora dos direitos dos povos do campo e por isso deve ter ferramentas e estratégias de comunicação para denúncia e registro de conflitos no meio rural. Atualmente, esse papel vem sendo desempenhado pelo blog, no entanto, de uma maneira informal e nem sempre retratando o cotidiano da entidade. No Mato Grosso do Sul uma grande dificuldade da pastoral é identificar as áreas de conflito, porque os camponeses não têm mais o hábito de

¹⁰ Utilizamos o termo adotado pelo grupo de jornalistas e educadores ambientais de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso que fundaram uma ONG chamada Núcleo de Ecomunicadores dos Matos. O grupo articulou uma rede de profissionais para produção, organização e difusão de informações e notícias para fortalecer as iniciativas de conservação, desenvolvimento sustentável e educação ambiental, além de fomentar e construir capacidades para comunidades conhecerem o contexto ambiental em que vivem. Entre 2005 e 2009 a ONG buscou manter ações de comunicação popular e comunitária.

reportar à CPT as ações de repressão ou de perseguição pelas quais passam. Tampouco, há o costume de fazer registro por escrito dos fatos, que vão se perdendo no tempo, se distorcendo pelos relatos verbais, tornando-se difícil retratar as ações que realmente se desenvolveram. A mídia local, que está ligada aos interesses de proprietários de grandes extensões de terra do estado, assume de forma clara posturas editoriais em oposição à reforma agrária, criticando as ações de movimentos camponeses e retratando de forma tendenciosa a realidade dos assentamentos do Estado. O resultado é uma criminalização dos movimentos camponeses por parte da opinião pública, acostumada a relatos midiáticos unilaterais.

4 - Comunicação popular e comunitária: um exemplo

O objetivo deste artigo não é problematizar as demandas, o meio de comunicação utilizado atualmente pela CPT, ou ainda apontar estratégias que podem ir ao encontro das necessidades da entidade.

O que nos propomos a colocar em discussão nestas páginas são as aproximações e divergências entre as categorias “comunicação popular” e “comunicação comunitária”, utilizando os exemplos que observamos dentro da CPT-MS.

Observamos que ainda não há um consenso acadêmico sobre as definições de comunicação popular, comunicação alternativa, comunicação comunitária e outros termos utilizados para se referir a meios de comunicação que não são empresariais. Muitas vezes, ambos termos são usados como sinônimos.

Como coloca Cristina Berger, “ao manejar a bibliografia latino-americana sobre a ‘outra comunicação’, constatamos que as designações *popular* e *alternativa* são usadas indiscriminadamente” (2001, p. 264).

No livro “Comunicação nos Movimentos Populares”, uma referência basilar para as pesquisas de comunicação popular e comunitária, Peruzzo (1998) distingue o termo “comunicação participativa” como espaços de mediação cuja organização e elaboração de conteúdo são construídas em coletividade. Já o termo “comunicação popular” serve para se referir a meios de comunicação utilizados por movimentos sociais, enfatizando que “é muito comum meios populares serem produzidos por uns poucos e estes fazerem suas

próprias interpretações das necessidades de informações e de outras mensagens dos receptores” (1998, p. 141).

Em outro momento da carreira acadêmica, Peruzzo traz uma reflexão sobre as convergências entre as ações de comunicação popular, de comunicação comunitária, e de comunicação alternativa:

“a finalidade, em última instância, é favorecer a autoemancipação humana e contribuir para a melhoria das condições de existência das populações empobrecidas, de modo a reduzir a pobreza, a discriminação, a violência etc., bem como avançar na equidade social e no respeito à diversidade cultural” (2009, p. 134).

Rozinaldo Miani, coordenador do curso de especialização em Comunicação Popular e Comunitária (UEL), defende a ideia de que ambos os termos são complementares e dialógicos. Tratá-los como sinônimos seria uma “simplificação [que] provoca diversos equívocos, principalmente de ordem ideológica, que devem ser prontamente refutados” (2011, p. 222).

Miani trabalha com a perspectiva de que comunicação popular é “materialização enquanto ação estratégica dos movimentos sociais e populares” sem deixar de reconhecer que há uma aproximação entre as experiências de comunicação popular e as expressões culturais já que “ambos expressam valores políticos e ideológicos contra-hegemônicos, ou seja, são manifestações comunicativas associadas à cultura dos dominados” (2007, p. 72). Já a comunicação comunitária tem uma relação com a identidade e com a referência espacial dos sujeitos que constroem esta expressão comunicativa.

Pela expressão comunicação popular, compreendemos tratar-se daquela comunicação de resistência e/ou afirmação político-ideológica desenvolvida no âmbito dos movimentos sociais e populares, bem como das organizações político-partidárias de matiz anticapitalista, no contexto da luta de classes. O popular, aqui, é entendido como expressão e representação das classes subalternas e seu uso, nessa acepção, como qualificador de um determinado tipo de comunicação, faz-se legítimo por reconhecermos a sua real identificação com práticas e/ou situações comunicativas concretas. Isto significa admitir que a expressão comunicação popular foi – e ainda é – efetivamente utilizada para se referir a práticas comunicativas desenvolvidas pelos movimentos sociais e populares de natureza classista; e é justamente este capital simbólico implicado que assimilamos para efeito de nossa compreensão do termo (MIANI, 2010).

Podemos, ainda, comparar as definições de “comunicação alternativa” (Cloves Reis da Costa), “comunicação comunitária” (Cicilia Peruzzo), “comunicação comunitária alternativa” (Claudia Regina Lahni), e “comunicação popular alternativa” (Rozinaldo Miani) que constam na Enciclopédia Intercom de Comunicação (2010). Nesse sentido, para não nos estender em longas citações, observamos que há um diálogo muito intenso entre as definições elaboradas pelos quatro autores. Em nosso entendimento, as semelhanças entre as categorias indicam que não existem - e talvez não devam existir - fronteiras rígidas entre diferentes manifestações comunicacionais de caráter popular, comunitário e alternativo. No entanto, as inúmeras pesquisas na área também nos apontam para diferenças substanciais entre as iniciativas de comunicação feitas nesses modelos não-comerciais.

De tal maneira, gostaríamos de apresentar aqui o exemplo prático das atividades comunicacionais que estão sendo realizadas pela Comissão Pastoral da Terra em Mato Grosso do Sul, relacionando essas iniciativas com as definições e categorias até o momento estudadas.

A primeira questão a ser identificada é quanto à participação. Se as estratégias de comunicação da entidade continuarem sendo centralizadas na atuação de um profissional ou agente, essa iniciativa não pode ser classificada como “comunitária”. Comunicação comunitária é aquela construída de forma coletiva, a partir de princípios como participação, democracia, autogestão.

A CPT tem no seu histórico a característica de ser a base de uma rede de lutas camponesas em Mato Grosso do Sul. Essa rede se construiu pela ação comunicativa dos agentes de pastoral, que tiveram o papel de confortar e fomentar grupos de camponeses nas suas atividades laborais e espirituais, atuando também na formação de homens e mulheres para o papel de protagonistas sociais. Esse histórico não pode se perder, e iniciativas de comunicação comunitária poderiam dar conta de atender demandas comunicacionais da entidade, assim como proporcionar um resgate do caráter pastoral e de formação emancipadora da CPT.

Quanto ao caráter popular, compreendemos que a estratégia de comunicação adotada atualmente - mesmo que os materiais de comunicação venham sendo produzidos com pouco ou quase nenhum contato com as “bases” do movimento camponês - atende

aos interesses do grupo social representado pelo discurso da CPT e, portanto, trata-se de um esforço de comunicação popular como nos aponta Miani.

O popular, aqui, é entendido como expressão e representação das classes subalternas e seu uso, nessa acepção, como qualificador de um determinado tipo de comunicação, faz-se legítimo por reconhecermos a sua real identificação com práticas e/ou situações comunicativas concretas. (2010, p. 298).

Além de ser uma ação de comunicação popular, indubitavelmente, hoje a CPT conta com o blog como uma ferramenta de comunicação alternativa - um espaço para vizibilizar seu discurso contra-hegemônico, seu projeto e visão profética de como deve ser a vida no campo e na sociedade brasileira. Nesse sentido, resgatamos uma fala contundente do agente de pastoral Mieceslaw Kudlavicz:

O que eu estou fazendo aqui [nas comunidades rurais], eu tenho que saber relacionar com a disputa política. Temos que refletir se esse projeto de agroecologia aqui vai contribuir para um projeto maior de sociedade mais justa, mais igualitária com terra e alimento para todos - socialista ou não, depende do que se entende por socialismo. [Temos que refletir] Se isso vai ajudar a fazer um enfrentamento ao agronegócio, na direção da construção de uma nova sociedade. Isso a gente não faz mais. Porque esses projetos técnicos queriam resultados, não estavam preocupados se isso vai mudar a sociedade ou não. (KUDLAVICZ, 2012).

Percebemos, pela fala do agente de pastoral, que a CPT defende um projeto de sociedade. No entanto, nas últimas décadas ocorreu um distanciamento entre a atividade cotidiana dos agentes e o discurso comunicacional da CPT. Apontamos que ferramentas e estratégias de comunicação comunitária poderiam ser úteis para resgatar características basilares da entidade.

Ainda, assinalamos que não é o produto comunicacional em si que caracteriza a comunicação popular, comunitária ou alternativa. É a forma como esse produto ou canal de comunicação é estabelecido, gerenciado, e o teor de seu conteúdo.

Atualmente, a CPT de Mato Grosso do Sul tem diante de si o desafio de convergir suas ações de comunicação para que sejam de caráter popular, alternativo e comunitário.

Dessa maneira, será possível atender aos anseios dos grupos e comunidades rurais hoje atendidos pela entidade.

Bibliografia

BERGER, Christa. A pesquisa em comunicação na América Latina. In: HOLFELDT, Antonio (org.). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

COMASSETTO, Leandro Ramires. A comunicação como fator para a sucessão e transformação na agricultura familiar. **Anais**. XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2011.

CONCÍLIO VATICANO II. Lumen Gentium. In: **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II**. 4.ed. São Paulo: Editora Paulus, 2007.

CNBB - CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Igreja e questão agrária no início do século XXI**. Brasília: Edições CNBB, 2010.

CPT/MS. **Cartilha de Formação Número 1: Organização da Propriedade - estratégia de resistência, superação e construção da qualidade de vida do camponês e da camponesa**. CPT, maio de 2008.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2003

LOPES, Vanessa Viegas. A Renovação Carismática Católica (RCC): entre o tradicionalismo e o novo. In: **Anais dos Simpósios da ABHR**. Vol. 13. Religião, carisma e poder: as formas da vida religiosa no Brasil, São Luís, UFMA. 2012.

MIANI, Rozinaldo. Comunicação Popular. In: GADINI, Segio Luiz; WOITOWICZ, Karina Janz. **Noções Básicas de Folkcomunicação**. Ponta Grossa: editora UEPG, 2007.

_____. **Os pressupostos teóricos da comunicação comunitária e sua condição de alternativa política ao monopólio midiático**. In: revista Intexto. Porto Alegre: editora UFRGS, v.02, n.25, p. 221-233, 2011.

_____. **Comunicação comunitária: uma disciplina de formação sociopolítica e de intervenção social**. Intercom (São Paulo. Impresso), v. 37, p. 265-282, 2014.

PERUZZO, Cicília M. Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

_____. **Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço**. In: Revista Galáxia, no. 17. São Paulo, p. 131-146, 2009.